

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 19.190, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

**Abono Permanência à Servidora
NEUSA DALLA CORTE ROLIM.**

O PREFEITO DE SÃO BORJA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso IV, nos termos do artigo 31, inciso I, alínea "h", ambos dispositivos da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o ABONO PERMANÊNCIA, a contar de vinte e três de setembro de dois mil e vinte (**23.09.2020**), à Servidora **NEUSA DALLA CORTE ROLIM**, Professora Estudos Sociais, Classe E, Nível 2, Matrícula nº 0586, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SMEd, sendo o valor do benefício equivalente ao valor da contribuição previdenciária referente a parte da servidora, conforme Artigo 40, § 19 da Constituição Federal, art. 86, § 3º e § 4º da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/09 e art. 38 de Lei nº 3496/2005, a ser custeada pelo Tesouro Municipal de São Borja.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 21 de Outubro do ano de 2021.

Roque Langendolff Feltrin
Vice Prefeito
no exercício do cargo de Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Publicado no Diário Oficial de São Borja,
DOESB (www.saoborja.rs.gov.br)
em:26/10/2021

Reinaldo Menezes Garcia
Chefe de Gabinete

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

DECRETO Nº 19.189, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Abono Permanência à Servidora
FATIMA ROZANGELA CORREIA
SEGOBIA.

O PREFEITO DE SÃO BORJA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso IV, nos termos do artigo 31, inciso I, alínea "h", ambos dispositivos da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o ABONO PERMANÊNCIA, a contar de onze de maio de dois mil e vinte e um (**11.05.2021**), à Servidora **FATIMA ROZANGELA CORREIA SEGOBIA**, Professora de Currículo por Atividades, Classe E, Nível 2, Matrícula nº 0543, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SMEd, sendo o valor do benefício equivalente ao valor da contribuição previdenciária referente a parte da servidora, conforme Artigo 40, § 19 da Constituição Federal, art. 86, § 3º e § 4º da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/09 e art. 38 de Lei nº 3496/2005, a ser custeada pelo Tesouro Municipal de São Borja.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 21 de Outubro do ano de 2021.

Roque Langendolff Feltrin
Vice Prefeito
no exercício do cargo de Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Publicado no Diário Oficial de São Borja,
DOESB (www.saoborja.rs.gov.br)
em:26/10/2021

LEI Nº 5.802, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o Badesul Desenvolvimento S.A – Agência de Fomento – RS para investimentos em obras de infraestrutura urbana e obras civis.

O VICE-PREFEITO DE SÃO BORJA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO,

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 50, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - Agência de Fomento – RS, operações de crédito, até o limite de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

Art. 2º. Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução nº 43 de 21/12/2001 do Senado Federal, bem como as normas específicas do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento – RS.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, como forma de pagamento das operações de crédito de que trata esta Lei, os recebíveis que se fizerem necessários, provenientes do produto da arrecadação tributária municipal, inclusive quotas–parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 4º. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores dentro de 30 dias, contados da contratação das operações de crédito autorizadas por esta lei, cópias dos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite do financiamento para aplicação da contrapartida do Município no investimento em questão.

Art. 6º. Os créditos a que se refere o artigo anterior terão como contrapartida financeira reduções de dotação orçamentária.

Art. 7º. Dos orçamentos anuais do Município constarão as dotações orçamentárias necessárias no atendimento dos encargos decorrentes das operações de crédito autorizadas pela presente Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 19 de outubro de 2021.

Roque Langendolff Feltrin,
Vice-Prefeito de São Borja,

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

no exercício do cargo de Prefeito.

Registre-se e publique-se:

Publicado no Diário Oficial do Município de São Borja –
DOESB (www.saoborja.rs.gov.br) em: 26/10/2021

Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.

LEI Nº 5.799, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei
Orçamentária de 2022.

O PREFEITO DE SÃO BORJA,

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 50, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição, as diretrizes orçamentárias do Município, compreendendo:

I – as diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;

II – a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações do orçamento do Município, para o exercício 2022;

III – as disposições relativas as despesas com pessoal;

IV – as disposições sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Faz parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

I – previsão da Receita para 2022/2024;

II – previsão da Receita Corrente Líquida para 2022;

III – anexo contendo as diretrizes, objetivos e metas para 2022;

IV – anexo de Metas Fiscais que conterà:

a) metas anuais de resultado nominal, primário e dívida pública para os exercícios de 2022/2024;

b) memória e metodologia de cálculo do resultado primário e nominal;

c) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

d) metas fiscais atuais comparadas com as fixadas no três exercícios

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

anteriores;

e) evolução do patrimônio líquido;

f) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

g) avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos;

h) estimativa e compensação da renúncia da receita;

i) margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

V – anexo de Riscos Fiscais;

VI – planejamento de despesas para o exercício a que se refere à proposta, nos termos do art. 169, § 1º da Constituição Federal.

Capítulo II Das Diretrizes, Objetivos e Metas

Art. 2º. Em consonância com o artigo 165, §2º, da Constituição, as prioridades para o exercício financeiro de 2022 são as especificadas em anexo que integra esta Lei.

§ 1º. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela Lei Orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no plano plurianual.

§ 2º. Para efeitos de execução orçamentária os indicadores de desempenho, associados aos objetivos dos programas, bem como as alterações nas ações relativas ao produto, a unidade de medida e a quantificação física, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, devendo este comunicar as alterações ao Legislativo para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária prevista na Constituição da República, artigo 166, §1º, inciso II.

Capítulo III A Estrutura e Organização do Orçamento

Seção I Da Apresentação do Orçamento

Art. 3º. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 4º. O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até o nível de elemento de despesa.

§ 1º. É dispensado a autorização legislativa específica para a criação e

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

transferência entre os valores dos desdobramentos de um mesmo elemento de despesa.

§ 2º. As vinculações orçamentárias (destinação de recursos) poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atendimento das necessidades de execução orçamentária.

Art. 5º. A Lei Orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

- I – a fundos especiais;
- II – às ações de saúde e assistência social;
- III – ao regime geral de previdência social;
- IV – à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 6º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – quadros orçamentários consolidados, inclusive quadros adicionais que demonstrem o efeito das transferências financeiras (interferências ativas e passivas) entre órgãos e entidades do Município;
- III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, §5º, inciso II, da Constituição;
- V – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- VII – relação dos contratos e convênios assumidos e que surtirão efeitos financeiros e/ou patrimoniais no exercício a que se refere esta Lei, acompanhados da indicação do respectivo crédito orçamentário.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira informando saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;
- II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa.

§ 2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

§ 3º. O envio do projeto de lei orçamentário ao Poder Legislativo, bem como os seus anexos, por parte do Poder Executivo, dar-se-á mediante o envio impresso e por meio eletrônico de banco de dados.

Art. 7º. Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, sua respectiva proposta orçamentária parcial, para fins de consolidação do Projeto de Lei

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8º. A Lei Orçamentária conterà reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária a, de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município para o atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, considerando-se, neste último, a possibilidade de destinação para a abertura de créditos adicionais (Port. 163 STN, art. 8º), conforme anexo de riscos fiscais.

§ 1º. Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o caput, a reserva a conta de receitas vinculadas dos fundos e das entidades da administração indireta de previdência própria e outros fundos e entidades, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

Art. 9º. Para os efeitos do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000:

I – integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3º do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro e a declaração do ordenador da despesa sobre a adequação orçamentária e financeira;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do §3º, do art. 16 da L.C. nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I, II e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 10. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

§ 1º. Para fins de elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta, em até dez (10) dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

§ 2º. Os ordenadores de despesa ou servidores que descumprirem as normas de programação financeira e cronograma de desembolso, bem como os respectivos controles internos, são pessoalmente responsáveis pelos gastos efetuados.

§ 3º. As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação por destinação de recursos com a especificação, em separado das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2022, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete pontos percentuais) sobre a receita tributária e de transferências tributárias do Município arrecadadas em 2021, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Parágrafo único. No caso da não-elaboração do cronograma de desembolso, os repasses ao Legislativo dar-se-ão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas, respeitado igualmente os limites de que trata o *caput*.

Art. 12. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

§ 1º. As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Executivo como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo.

§ 2º. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro considerando-se somente as contas do Poder Legislativo, ou contabilizados como adiantamento de repasses do próximo exercício.

Art. 13. A Execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de contabilização.

§ 1º. O Poder Legislativo enviará até o dia 10 de cada mês, e ao final do exercício, as suas demonstrações orçamentárias e financeiras do mês anterior, para fins de integração a contabilidade do Município.

§ 2º. As demonstrações orçamentárias e financeiras de que trata o parágrafo anterior deverão ser remetidas ao Poder Executivo por documento firmado pelo Presidente e em meio eletrônico, através de banco de dados, compatível com o sistema de contabilidade implantado no Poder Executivo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Os serviços de contabilidade do Município organizarão sistema de custos que permita:

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

- a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;
- b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;
- c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;
- d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 16. A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Durante o exercício de 2022, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 17. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento com recursos necessários ao término ou a obtenção de uma unidade completa;
- II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei Nº 8.666/1996, o atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 18. O Município efetuará a contribuição patronal para o Regime Próprio de Previdência Social, para o Fundo de Previdência Social, através de despesa orçamentária.

Art. 19. O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, artigo 167, VIII, à entidades da Administração Indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira, respeitados os limites orçamentários das entidades.

Art. 20. A Lei Orçamentária reservará recursos para a transferência financeira a consórcios públicos que fizer parte em conformidade com o respectivo contrato de rateio.

Seção VII Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 21. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, atendendo o disposto na Lei nº 13.019/2014, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois (2) anos.

Art. 22. Fica autorizada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que atendam a uma das seguintes características:

I – sejam de atendimento a atividades educacionais, de saúde, assistenciais, culturais, relacionadas à agricultura e à pecuária, meio ambiente ou desportivas, devidamente cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

II – signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

III – consórcios intermunicipais, constituídos por Lei e exclusivamente por entes públicos;

IV – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP;

V – previstas em lei específica, considerando o § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal, desde que decretada Calamidade Pública.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão,

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

ainda, da regular aplicação dos recursos, mediante o que determina a Lei Municipal que disciplina a prestação de recursos repassados, devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade.

Subseção II Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 24. A transferência de Recursos públicos para cobrir deficit de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município;

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que dispõe a Legislação Municipal;

III – no que se refere a concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a doze por cento (12%) ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a:

- a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;
- b) formalização de contrato;
- c) aprovação de projeto pelo Poder Público;
- d) acompanhamento da execução;
- e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da L.C. nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a Lei Orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII Dos Créditos Adicionais

Art. 25. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária anual, observar o artigo 12 da L.C. nº 101/2000, e virem acompanhados de deliberação do Conselho quando a lei dispuser sobre o caráter deliberativo deste.

§ 1º. Os créditos adicionais especiais, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

exercício a que se refere esta Lei, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais:

I – as exposições dos motivos que os justifiquem;

II – as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

§ 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Extraordinários através de decreto, considerando o Art. 167 da Constituição Federal, desde que decretada Calamidade Pública.

Seção IX

Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 26. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º. A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que tem a função de corrigir desvios de planejamento.

§ 2º. Para efeitos das Leis Orçamentárias entende-se:

I – Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos a extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações de relativas a servidores que alteram a lotação durante o exercício;

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de governo.

Art. 27. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, mediante autorização do Poder Legislativo.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso da necessidade de alterações de codificações ou denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, ou para adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Capítulo IV

Das Disposições Relativas às Despesas de Caráter Continuado

Seção I

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

Das Despesas com Pessoal

Art. 28. Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos, empregos públicos e cargos comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos ocupados e vagos.

Art. 29. Os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados:

I – de declaração do ordenador de despesas com as premissas e metodologia de cálculos utilizados, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – simulação que demonstre o impacto orçamentário e financeiro da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos e a análise sobre o mérito do resultado obtido.

Art. 30. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) reposição salarial de exercícios anteriores conforme índice oficial;

b) aumento de remuneração em percentual de até 10% (dez pontos percentuais);

c) criação dos cargos necessários as adequações da administração;

d) criação dos empregos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e demais órgãos da administração pública;

e) criação, alteração e extinção das funções de confiança, conforme necessidade da administração;

f) reforma do plano de carreira do magistério público municipal e do quadro geral dos servidores municipais;

g) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

h) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

i) concessão de abono remuneratório aos servidores ativos e inativos do quadro geral e do magistério;

j) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

k) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Legislação Municipal e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:

a) concessão de qualquer tipo de vantagens;

b) aumento de remuneração em percentual de até 10% (dez pontos percentuais);

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

c) reposição salarial de acordo com a perda inflacionária medida por índice oficial;

d) criação ou modificação de cargos e/ou empregos públicos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores;

e) criação e/ou modificação das funções de confiança;

f) regularização ou alteração de estrutura das carreiras do funcionalismo;

g) investidas por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança já criada;

h) contratação de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Complementar nº 005, de 04 de novembro de 1995, com a redação dada pela Lei Complementar nº 025, de 28 de dezembro de 2001 e as situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face as características da necessidade da contratação.

Art. 31. No exercício de 2022 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, nos Poderes Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a uma alternativa possível em situações momentâneas.

Capítulo V

Das Disposições Sobre Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 32. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para, devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I – a revisão na alíquota da contribuição social cobrada dos servidores para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social;

II – revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU:

1. Ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

2. Ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

b) a alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 33. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o

sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão contingenciadas as previsões de receitas e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

Capítulo VI Do Não-Atingimento das Metas Fiscais

Art. 34. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir meta de resultado fiscal conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, será fixado, separadamente, percentual de limitação para o conjunto de ações orçamentárias, calculado de forma proporcional a participação dos Poderes do Município, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º. Constituem critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade:

I – No Poder Executivo:

- a) diárias;
- b) serviço extraordinário;
- c) convênios;
- d) realização de obras.

II – No Poder Legislativo:

- a) diárias;
- b) realização de serviço extraordinário;
- c) investimento de caráter permanente.

§ 2º. Em não sendo suficiente, ou inviável sob o ponto de vista de administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – das despesas com pessoal e encargos;

II – das despesas necessárias para o atendimento à saúde da população;

III – das despesas necessárias a manutenção da educação, até o limite legal, previsto no artigo 212 da Constituição Federal;

IV – das despesas previstas para pagamento de dívidas e seus encargos;

V – das despesas necessárias ao atendimento das pessoas carentes.

§ 3º. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes limitados de empenho e movimentação financeira.

§ 5º. Não ocorrendo a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 59, caput e inciso I da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 74, §1º da Constituição da

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

República.

Capítulo VII Das Disposições Finais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo manterão sistema integrado de execução orçamentária que permita o cumprimento do artigo 166, §1º, II da Constituição da República.

Art. 36. Para fins de cumprimento do artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

Município;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do

Município;

III – a consórcios públicos em que o Município fizer parte;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades

no Município.

Art. 37. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for promulgado até 31 de dezembro de 2021 até que esta ocorra, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de despesas correntes da Administração dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das entidades da Administração Indireta, nos limites estritamente necessários para a manutenção dos serviços essenciais, conforme a ser determinado por ato próprio de cada Poder.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 15 de outubro do ano de 2021.

Eduardo Bonotto,
Prefeito.

Registre-se e publique-se:

Publicado no Diário Oficial do Município de São Borja
– DOESB (www.saoborja.rs.gov.br) em:26/10/2021

Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

DECRETO Nº 19.191, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021

Regulamenta os artigos 311 e 312, da Lei Complementar 099/2017 – Código Tributário Municipal – e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO BORJA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos IV e VIII, e nos termos do artigo 31, inciso I, alíneas “a” e “h”, ambos dispositivos da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando, o prazo para requerimento do benefício de isenção do Imposto predial e Territorial Urbano - IPTU, disposto na Lei supracitada que é de até 15 de novembro de cada ano, com vigência a partir do exercício seguinte, prorrogável mediante Decreto Municipal;

Considerando, que a comprovação das condições para a concessão do benefício deverá ser renovada anualmente, com exceção ao disposto no inciso I, alínea “a” do artigo 1º, cujo período de renovação será trienal;

Considerando, que o rol de possíveis beneficiados e os requisitos a serem cumpridos para obtenção do benefício fiscal de isenção encontram-se dispostos na Lei Complementar 099/2017 - Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a realização do requerimento anual de isenção de IPTU e fixa a forma de entrega dos documentos necessários pelo requerente, a data limite para o pedido e a data que o Município terá para divulgar o resultado dos requerimentos.

Parágrafo único. O requerimento deverá ser feito, na forma regulamentada, até o dia 15 de dezembro de cada ano.

Art. 2º. Para efeitos deste decreto, considera-se:

I – Titular do imóvel: o proprietário, o detentor do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, respeitando a ordem citada.

II – Grupo Familiar: o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia;

III – Representante do espólio: a pessoa residente no imóvel de propriedade de pessoa falecida, até a abertura de inventário.

§ 1º. Excepcionalmente nos casos em que o titular do imóvel for falecido, na data do requerimento, considerar-se-á como titular do imóvel o inventariante ou, na inexistência deste, o representante do espólio que comprove residir no imóvel.

§ 2º. Nos casos do disposto no parágrafo anterior, é obrigatório a comprovação do falecimento com a Certidão de Óbito.

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

Art. 3º. A comprovação da titularidade do imóvel será feita através da juntada de Certidão ou Matrícula Atualizada do imóvel, expedida pelo Cartório de Registros de Imóveis.

Parágrafo único. Sempre que houver no banco de dados do Município, a matrícula imobiliária, poderá ser juntada certidão atualizada, do contrário, será necessário matrícula ou na inexistência desta, atestada pelo cartório de registros, será aceito escritura, contrato de compra e venda, termo de concessão, etc, respeitada a ordem.

Art. 4º. Os documentos necessários a serem anexados no requerimento de isenção são os seguintes, de acordo com os casos previstos no Código Tributário Municipal:

I – Para as entidades pertencentes a sociedade civil sem fins lucrativos, destinada ao exercício de atividades culturais, associações de bairro, entidades filantrópicas, comunitárias, recreativas ou esportivas, reconhecidas como de Utilidade Pública:

- a) Estatuto Social da entidade com as devidas alterações;
- b) Ata de eleição da atual diretoria com indicação do representante legal da entidade;
- c) RG e CPF do representante legal da entidade;
- d) Ato declaratório de utilidade pública;
- e) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada.

II – Nos casos em que o imóvel pertença à contribuinte portador de moléstias graves conforme classificação da Lei Federal nº 8.213/90:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do titular, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias.
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;
- d) Comprovante de residência em nome do titular do imóvel, do mês anterior ao requerimento;
- e) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- f) Atestado médico onde conste o CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças.
- g) NIS - Número de Identificação Social do grupo familiar no Cadúnico, caso tenha.

III – Nos casos em que o imóvel pertença à proprietário de terreno sem utilização para fins de desapropriação:

- a) Documento de Identidade e CPF do titular do Imóvel;
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Ato Público que declarou o imóvel sem utilização para fins de desapropriação.

IV – Nos casos em que o imóvel pertença à contribuinte com deficiência física e/ou mental, com incapacidade para o trabalho, ou ao seu tutor ou curador e que lhe sirva de moradia própria:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do titular, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias.
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;
- d) Comprovante de residência em nome do titular do imóvel, do mês anterior ao

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

requerimento;

- e) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- f) Atestado médico onde conste o CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças.
- g) Termo de Curatela ou Tutela, quando o imóvel pertencer ao Curador ou Tutor.
- h) NIS - Número de Identificação Social do grupo familiar no Cadúnico, caso tenha.

V – Nos casos em que o imóvel pertença a particular, porém é cedido gratuitamente, mediante contrato público, por período igual ou superior a 5 (cinco)anos, para uso exclusivo das entidades imunes e das descritas no inciso I deste artigo.

- a) Documento de Identidade e CPF do titular do Imóvel;
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Contrato Público de cedência;
- d) Estatuto Social da entidade que utiliza o imóvel, com as devidas alterações;
- e) Ata de eleição da atual diretoria com indicação do representante legal da entidade;
- f) Ato declaratório de utilidade pública.

VI – Nos casos em que o imóvel, for constituído de 1(uma) única unidade predial, em terrenos com área igual ou inferior a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com área construída igual ou inferior a 90 m² (noventa metros quadrados), sirva exclusivamente de moradia ao cônjuge viúvo na condição de proprietário ou usufrutuário e o mesmo não possua outro imóvel registrado em seu nome:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do cônjuge viúvo, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias.
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;
- d) Comprovante de residência em nome do cônjuge viúvo, do mês anterior ao requerimento;
- e) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- f) Certidão de Casamento, União Estável ou outro documento que comprove a relação de união;
- g) Matrícula do Cartório de Imóveis onde demonstra o registro do usufruto quando o cônjuge for usufrutuário.
- h) NIS - Número de Identificação Social do grupo familiar no Cadúnico, caso tenha.

VII – Nos casos em que o imóvel, for constituído de 1(uma) única unidade predial, em terrenos com área igual ou inferior a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com área construída igual ou inferior a 90 m² (noventa metros quadrados), sirva exclusivamente de moradia ao órfão não emancipado e o mesmo não possua outro imóvel registrado em seu nome:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do órfão não emancipado, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias.
- a) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- b) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

- c) Comprovante de residência em nome do representante legal do órfão não emancipado (Tutor), do mês anterior ao requerimento;
- d) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- e) Termo de Tutela
- f) Documento de Identidade e CPF do Tutor;
- g) NIS - Número de Identificação Social do grupo familiar no Cadúnico, caso tenha.

VIII – Nos casos em que o imóvel, for constituído de 1(uma) única unidade predial, em terrenos com área igual ou inferior a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com área construída igual ou inferior a 90 m² (noventa metros quadrados), sirva exclusivamente de moradia ao proprietário e o mesmo não possua outro imóvel registrado em seu nome:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do proprietário, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias.
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;
- d) Comprovante de residência em nome do proprietário, do mês anterior ao requerimento;
- e) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- f) NIS - Número de Identificação Social do Cad Único, caso esteja inscrito.

IX – Nos casos em que o imóvel, for constituído de 1(uma) única unidade predial, em terrenos com área igual ou inferior a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com área construída igual ou inferior a 90 m² (noventa metros quadrados), sirva exclusivamente de moradia ao herdeiro do proprietário e o mesmo não possua outro imóvel registrado em seu nome:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do herdeiro do proprietário, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias.
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;
- d) Comprovante de residência em nome do herdeiro do proprietário, do mês anterior ao requerimento;
- e) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- f) Certidão de Óbito, mais documento(s) que comprove que o beneficiado é herdeiro do proprietário;
- g) NIS - Número de Identificação Social do grupo familiar no Cadúnico, caso tenha.

X – Nos casos em que o imóvel, for constituído de 1(uma) única unidade predial, em terrenos com área igual ou inferior a 400 m² (quatrocentos metros quadrados), que sirva exclusivamente de moradia ao proprietário com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, em que a renda do grupo familiar seja exclusivamente de aposentadoria e pensão e o mesmo não possua outro imóvel registrado em seu nome:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do proprietário aposentado/pensionista, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias;
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

- c) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;
- d) Comprovante de residência em nome do proprietário, do mês anterior ao requerimento;
- e) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- f) NIS - Número de Identificação Social do grupo familiar no Cadúnico, caso tenha.

XI – Nos casos em que o imóvel, for constituído de 1(uma) única unidade predial, em terrenos com área igual ou inferior a 400 m² (quatrocentos metros quadrados), que sirva exclusivamente de moradia ao herdeiro com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, em que a renda do grupo familiar seja exclusivamente de aposentadoria e pensão e o mesmo não possua outro imóvel registrado em seu nome:

- a) Certidão de inexistência de outro bem imóvel em nome do herdeiro aposentado/pensionista, expedida pelo Cartório de registro de imóveis com data inferior a 30 (trinta) dias.
- b) Documento que comprove a titularidade do imóvel à pessoa intitulada;
- c) Documento de Identidade e CPF dos integrantes do grupo familiar;
- d) Comprovante de residência em nome do herdeiro, do mês anterior ao requerimento;
- e) Comprovante de renda de todos os integrantes do grupo familiar;
- f) Certidão de Óbito, mais documento(s) que comprove que o beneficiado é herdeiro do proprietário;
- g) NIS - Número de Identificação Social do grupo familiar no Cadúnico, caso tenha.

§ 1º. Entende-se por unidade predial, prédio ou parte de prédio que comporte a instalação independente de residência, atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço.

§ 2º. Considera-se herdeiro o ascendente, o descendente e o cônjuge que fazer prova de sua condição.

§ 3º. Somente será atingido pela isenção prevista neste artigo, nos casos referidos no Art. 4º, inciso I, o imóvel utilizado integralmente para as respectivas finalidades das entidades beneficiadas.

§ 4º. Somente será beneficiado com a isenção, o imóvel ou a unidade predial que estiver com área edificada devidamente averbada perante o cadastro imobiliário municipal.

§ 5º. Poderão ser utilizadas como critério para a concessão da isenção, as informações constantes no Cadastro Único do Governo Federal.

§ 6º. Para concessão do benefício da isenção, além da observação dos requisitos nela constantes, será observada a inexistência de propriedade de veículo automotor com idade inferior a 7 (sete) anos, registrado em nome do proprietário do imóvel.

§ 7º. A renda bruta familiar, será calculada somando a renda bruta de cada integrante do grupo.

§ 8º. Serão aceitos os boletos de água, luz, telefone e internet como comprovante de residência.

§ 9º. Nos casos em que o requerente não possua documento de identidade, deverá ser enviada a certidão de nascimento.

DIÁRIO OFICIAL



Ano 5

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, Terça-feira, 26 de outubro de 2021

Número 1006

Art. 5º. As informações poderão ser confirmadas através da realização de vistorias in loco bem como utilizando-se de outros meios fiscalizatórios cabíveis.

§ 1º. Em casos de realização de vistoria in loco, serão cumpridos todos os protocolos de prevenção à COVID-19.

§ 2º. Será negada a isenção ao requerente que dificultar, embaraçar, elidir, obstruir, agir ou omitir de forma que venha a impossibilitar a averiguação dos requisitos para o deferimento do pedido e a obtenção do benefício.

Art. 6º. Até o dia 10 de janeiro de cada ano, após análise dos requerimentos, será disponibilizada no Diário Oficial do Município, bem como no “hall” de entrada da Secretaria Municipal da Fazenda, a lista dos beneficiados com a isenção, cabendo ao requerente consultar os veículos de informação.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 25 de outubro de 2021.

Eduardo Bonotto,
Prefeito.

Registre-se e publique-se:

Publicado no Diário Oficial do Município de São Borja –
DOESB (www.saoborja.rs.gov.br) em:26/10/2021

Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.
